Concurso Público para provimento dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Mutunópolis-GO

CONCURSO PÚBLICO

ASSESSOR JURÍDICO

CADERNO DE QUESTÕES

22/11/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e Município de Mutunópolis/GO	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A magia está em viver.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.

2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.

3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.

4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões **01** e **02**.

Texto 1



Disponível em: https://webdestaqueregional.com.br/noticia/3971/charge-de-luiz-fernando-cazo-traz-reflexao-comica-sobre-paternidade-e-redes-sociais. Acesso em: 12 set. 2026.

QUESTÃO 01

Na construção do efeito de humor da charge, a fala do menino produz sentido ao

(A) criticar a utilização das redes sociais como forma de comunicação entre pais e filhos.

(B) relacionar a autoridade parental ao controle do comportamento digital do filho.

(C) caracterizar o uso das tecnologias como elemento de aproximação familiar.

(D) associar a declaração de afeto à lógica de engajamento nas redes sociais.

QUESTÃO 02

Na fala do menino, a vírgula empregada após a palavra “amam” contribui para a construção do sentido do enunciado ao

(A) delimitar a condição apresentada para a realização da ação expressa em seguida.

(B) indicar uma explicação apresentada pelo personagem antes de sua solicitação.

(C) separar uma característica atribuída pelo personagem aos seus interlocutores.

(D) isolar a oração subordinada que expressa a causa da ação principal.

QUESTÃO 03

Leia o texto a seguir.

Por que pouco lembramos de nossas memórias na infância?

De acordo com Sonia Brucki, coordenadora do Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina (FM) da Universidade de São Paulo, o esquecimento de memórias na infância está relacionado ao desenvolvimento e à formação do cérebro, que afeta a manutenção da memória. Apesar disso, ela explica: “Não quer dizer que a criança, o bebê, não esteja formando memórias, mas nós temos o amadurecimento cerebral, a mielinização, desenvolvimento de sinapses, neurônios que estão em formação, em crescimento, em multiplicação. Então, você não tem todo o processo necessário para a memorização pronto para que ela ocorra da forma que nós conhecemos”.
Conforme a especialista, o cérebro se mantém em formação, com uma completa mielinização, até por volta dos 20 anos. Isso faz com que, principalmente em crianças mais jovens, a formação das memórias não ocorra de forma tão contundente, e traços de memória que não foram tão importantes se percam, mas o conteúdo principal é mantido.

Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/por-que-pouco-lembramos-de-nossas-memorias-na-infancia/. Acesso em: 12 set. 2026. [Adaptado].

A partir das informações apresentadas no texto, o esquecimento de memórias da primeira infância é explicado pela

(A) ausência de formação de memórias durante os primeiros anos de vida.

(B) relação entre o amadurecimento cerebral e a manutenção das memórias.

(C) interrupção do desenvolvimento das estruturas cerebrais responsáveis pela memória.

(D) necessidade de repetição frequente para preservar as memórias formadas na infância.

Leia o **Texto 2** para responder às questões **04** e **05**.

Texto 2

Quando a infância vira espetáculo digital

Fusão das palavras em inglês 'compartilhar' (*share*) e 'paternidade/maternidade' (*parenting*), *sharenting* se refere à prática de pais que publicam informações, fotos e vídeos sobre seus filhos nas redes sociais e que hoje é amplamente estudada e discutida no meio acadêmico e na mídia.

O que se busca, na verdade, não é eliminar o *sharenting*, mas transformá-lo em uma prática consciente e responsável. As pesquisas apontam para um caminho claro: a educação digital é a nossa ferramenta mais poderosa. Pais e responsáveis precisam compreender profundamente como a internet funciona, os perigos da nossa pegada digital e a importância de sempre envolver as crianças nas decisões sobre o que é publicado a seu respeito.

Alguns pesquisadores destacam a importância do consentimento da criança ao se postar uma foto ou vídeo dela. No entanto, é evidente que uma criança não possui a capacidade plena de avaliar todos os riscos e o impacto futuro de suas escolhas digitais. Mesmo que ela demonstre entusiasmo em ser filmada e queira sua imagem circulando nas redes, a responsabilidade legal e moral por sua proteção e bem-estar recai sobre os pais.

Disponível em: https://cienciahoje.org.br/artigo/quando-a-infancia-vira-espetaculo-digital/. Acesso em: 12 set. 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 04

A referência a pesquisas e a pesquisadores no desenvolvimento do texto contribui para

(A) apresentar informações científicas que sustentam a argumentação desenvolvida pelo autor.

(B) introduzir opiniões divergentes que relativizam a posição defendida pelo autor.

(C) substituir a análise do autor por informações produzidas por especialistas da área.

(D) demonstrar que as pesquisas científicas comprovam os benefícios da exposição infantil.

QUESTÃO 05

No terceiro parágrafo, o emprego da expressão "No entanto" estabelece entre as ideias apresentadas uma relação de

(A) causa, ao explicar a responsabilidade dos pais.

(B) conclusão, ao retomar o consentimento infantil.

(C) oposição, ao contrastar consentimento e riscos.

(D) condição, ao relacionar entusiasmo e exposição.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **06** e **07**.

Texto 3



Disponível em: https://cartum.folha.uol.com.br/quadrinhos/2026/02/09/bicudinho-caco-galhardo.shtml. Acesso em: 12 set. 2026.

QUESTÃO 06

A construção do humor na tirinha decorre da relação entre a

(A) expectativa de prestígio social atribuída à posição acadêmica do personagem e o emprego de uma variante linguística estigmatizada.

(B) exigência de adequação sociocomunicativa no contexto escolar e a escolha do personagem por um registro de alto rigor normativo.

(C) valorização do domínio técnico da língua atribuído ao professor e o emprego de uma variante linguística valorizada socialmente.

(D) formalidade estabelecida na apresentação inicial e a tentativa do professor de adequar sua fala ao registro coloquial dos visitantes.

QUESTÃO 07

Na fala "Deixe-me apresentá-lo ao professor", a colocação dos pronomes oblíquos resulta de ocorrência de

(A) próclise em construções com verbo no imperativo e de ênclise em construções com verbo no infinitivo.

(B) ênclise em construções com verbo no imperativo e de ênclise em construções com verbo no infinitivo.

(C) próclise em construções com verbo no infinitivo e de ênclise em construções com verbo no imperativo.

(D) ênclise em construções com verbo no imperativo e de próclise em construções com verbo no infinitivo.

QUESTÃO 08

Leia o texto a seguir.



Disponível em: https://www.onsv.org.br/maioamarelo/maio-amarelo-2026. Acesso em: 12 set. 2026.

Considerando a articulação entre os elementos verbais e não verbais, a finalidade central da campanha é

(A) apresentar informações sobre os acidentes de trânsito e orientar os condutores quanto aos procedimentos de segurança.

(B) divulgar as instituições responsáveis pela campanha e ampliar o reconhecimento de suas marcas junto ao público.

(C) sensibilizar o público para a adoção de atitudes atentas e responsáveis que contribuam para a preservação da vida.

(D) retratar o sofrimento emocional decorrente das colisões e incentivar o amparo psicológico às vítimas após as tragédias.

Leia o **Texto 4** para responder às questões **09** e **10**.

Texto 4

Copa do Mundo de 2026: a Copa da vergonha

A história do esporte internacional oferece inúmeros exemplos da relação entre competição esportiva e poder político. As grandes competições foram frequentemente utilizadas como instrumentos de projeção de prestígio nacional, afirmação ideológica e disputa simbólica entre Estados. As Olimpíadas de Berlim, em 1936, realizadas sob o regime nazista, permanecem como um dos exemplos mais conhecidos dessa instrumentalização política do esporte. Décadas depois, os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, ofereceriam outro exemplo dramático e doloroso da profunda imbricação entre esporte e política. O sequestro e assassinato de onze membros da delegação israelense por integrantes da organização palestina Setembro Negro chocou o mundo e transformou uma celebração esportiva em palco de uma tragédia geopolítica de repercussão global. O episódio demonstrou de forma brutal que os conflitos internacionais não ficam necessariamente do lado de fora dos estádios e das vilas olímpicas. Eles podem atravessar seus portões e ocupar o centro da cena mundial.

Essa relação é ainda mais intensa no futebol. Nenhuma outra modalidade mobiliza simultaneamente tantos sentimentos, tantas identidades coletivas, tantos recursos econômicos e tantos interesses políticos. O futebol movimenta bilhões de espectadores e bilhões de dólares em todos os continentes. Chefes de Estado, governos, corporações globais, organismos internacionais e grupos econômicos disputam permanentemente sua influência sobre esse gigantesco espetáculo planetário. Justamente por isso, exige das entidades esportivas, dos governos e das organizações internacionais um compromisso ainda maior com critérios transparentes, universais e coerentes. O peso político do futebol pode explicar muitas decisões. Não pode justificá-las quando são marcadas pela discricionariedade. Tampouco pode servir de desculpa para a omissão de governos democráticos e de federações nacionais que, diante de situações semelhantes, adotam posições radicalmente diferentes conforme os interesses estratégicos dos atores envolvidos.

Por essa razão, a Copa de 2026 corre o risco de entrar para a história como a Copa da Vergonha.

Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/06/09/copa-do-mundo-de-2026-a-copa-da-vergonha/. Acesso em: 12 set. 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 09

No primeiro parágrafo, a expressão "O episódio", em "O episódio demonstrou de forma brutal...", contribui para a progressão do texto por

(A) recuperar a contextualização histórica apresentada no início do parágrafo.

(B) antecipar a discussão sobre a influência política exercida pelo futebol.

(C) substituir a referência aos Jogos Olímpicos mencionados anteriormente no trecho.

(D) retomar o acontecimento descrito no período imediatamente anterior.

QUESTÃO 10

Considerando a progressão temática estabelecida entre os dois primeiros parágrafos, o desenvolvimento do segundo parágrafo caracteriza-se pela

(A) abordagem dos conflitos políticos relacionados ao esporte, seguida da avaliação das decisões tomadas por entidades esportivas e governos.

(B) ampliação da discussão sobre o esporte internacional, com destaque para seus aspectos econômicos e sua projeção nos diferentes continentes.

(C) introdução do futebol como novo eixo temático, acompanhada da apresentação de agentes políticos e econômicos envolvidos em sua organização.

(D) retomada da relação entre esporte e poder político, seguida da focalização do futebol como manifestação específica dessa relação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO
Questões de 11 a 15

QUESTÃO 11

Sejam os conjuntos $A = \{x \in \mathbb{R} | 0 \leqslant x \leqslant 5\}$, $B = \{x \in \mathbb{R} | -1 < x < 3\}$ e $C = \{x \in \mathbb{N} | 0 \leqslant x \leqslant 3\}$. Qual é o conjunto formado pela operação $(A \cap B) \cup C$?

(A) $\{x \in \mathbb{R} | 0 \leqslant x \leqslant 3\}$.

(B) $\{x \in \mathbb{R} | 0 \leqslant x < 3\}$.

(C) $\{x \in \mathbb{R} | -1 \leqslant x < 5\}$.

(D) $\{x \in \mathbb{R} | -1 < x \leqslant 5\}$.

QUESTÃO 12

Em uma turma de Matemática Superior, a avaliação é composta por três provas com pesos 1, 2 e 3. Se um estudante obtiver as notas 5,0, 6,0 e 8,0, qual é a maior média ponderada possível, arredondada para duas casas decimais, que ele pode alcançar, rearranjando essas notas entre os pesos disponíveis?

(A) 5,85.

(B) 6,67.

(C) 6,83.

(D) 7,16.

QUESTÃO 13

Dois corredores, A e B, completam uma prova de 20 km. Na primeira metade do percurso (10 km), os corredores A e B gastaram, respectivamente, 45 minutos e 65 minutos. Na segunda metade do percurso, cada corredor levou 30 segundos a mais por quilômetro do que na primeira metade. Qual é a razão entre o tempo total do corredor A e o tempo total do corredor B?

(A) $\frac{9}{13}$.

(B) $\frac{19}{27}$.

(C) $\frac{23}{31}$.

(D) $\frac{31}{43}$.

QUESTÃO 14

Considerem-se os conjuntos A e B, definidos da seguinte forma: $A = \{2k | k \in \mathbb{Z}\ e\ k\ é\ par\}$ e $B = \{4p | p \in \mathbb{Z}\ e\ p\ é\ ímpar\}$. Qual conjunto é um subconjunto da diferença $A - B$?

(A) $\{2026, 2028, 2036, 2044\}$.

(B) $\{2024, 2030, 2034, 2038\}$.

(C) $\{2026, 2028, 2032, 2036\}$.

(D) $\{2024, 2032, 2040, 2048\}$.

QUESTÃO 15

Um recipiente é preenchido utilizando-se copos idênticos. Inicialmente, verificou-se que 8 copos cheios com capacidade de 150 ml preenchiam totalmente o recipiente. Se esses copos forem substituídos por outros com capacidade individual de 100 ml, quantos copos completos desse novo modelo serão necessários para encher totalmente o mesmo recipiente?

(A) 12.

(B) 16.

(C) 20.

(D) 24.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E MUNICÍPIO DE MUTUNÓPOLIS/GO
Questões de 16 e 20

QUESTÃO 16

Os feriados oficiais no Estado de Goiás, são três: dia do lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia (24 de outubro), dia do Servidor Público (28 de outubro), e, o outro, é o único feriado que faz memória a religiosidade católica e à formação do território goiano. Tendo por base a história de Goiás, qual é o terceiro feriado e qual a sua motivação histórica?

(A) Dia 7 de outubro de 1726, dia de Nossa Senhora do Rosário, cuja capela foi a primeira a ser construída em terras goianas por Bartolomeu Bueno da Silva, no Arraial da Barra da Palma, hoje extinto.

(B) Dia 8 de dezembro de 1728, dia de Nossa Senhora da Conceição, cuja capela era uma das mais antigas do estado, transferida para Flores em 1777, e reconstruída na fundação de Arraial dos Couros, hoje, Formosa.

(C) Dia 26 de julho de 1727, dia de Sant'Anna, padroeira de Goiás, cuja capela foi a segunda inaugurada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, fundando o Arraial de Sant'Anna, posteriormente, Goyaz.

(D) Dia 7 de outubro de 1731, dia de Nossa Senhora do Rosário, data de fundação do Arraial de Meia Ponte por Manoel Rodrigues Thomar, cuja capela foi construída, dando origem ao que seria Pirenópolis.

QUESTÃO 17

A Procissão do Fogaréu, celebrada na cidade de Goiás, na noite da quarta-feira da Semana Santa, configura-se como uma das manifestações místico-religiosas mais expressivas do Centro-Oeste brasileiro. Sob a ótica do patrimônio cultural imaterial e do processo histórico de formação das tradições locais, é uma procissão que atribui identidade à antiga capital de Goiás, às vésperas do seu terceiro centenário de fundação. Sobre a história dessa manifestação cultural e religiosa, que peculiaridade corresponde à Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás (GO)?

(A) Trata-se de uma tradição secular mantida de forma ininterrupta na cidade de Goiás desde meados do século XVIII, cuja encenação original espanhola permaneceu sem alterações ao longo do tempo.

(B) A tradição, introduzida no século XVIII, passou por um período de interrupção no século XX e foi reinventada a partir de 1965 pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) com base em pesquisas locais.

(C) Os farricocos representam a caminhada dos apóstolos durante a Última Ceia, utilizando vestimentas brancas e tochas para simbolizar a iluminação divina nas ruas históricas de Vila Boa.

(D) A prisão de Jesus Cristo na Igreja São Francisco de Paula é representada por um ator local, em uma encenação teatral realista que substituiu o uso de imagens sacras após o reconhecimento como patrimônio em 2023.

QUESTÃO 18

Em relação ao processo de transição política em Goiás, decorrente da chamada Revolução de 1930 e à ascensão de Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) ao poder estadual, qual fator foi determinante para a sua nomeação como interventor federal em detrimento de outros nomes da oposição local?

(A) A ampla aceitação do seu nome entre as famílias tradicionais do sul de Goiás, que dominavam o Partido Democrático local e exigiam um representante da oligarquia caiadista.

(B) O apoio irrestrito da Igreja Católica em Goiás, que via em Pedro Ludovico o único líder capaz de manter as tradições religiosas frente ao avanço do secularismo no estado.

(C) A sua postura combativa contra as oligarquias dominantes da República Velha (1889-1930), aliada às conexões políticas de seu concunhado com Getúlio Vargas.

(D) A vitória eleitoral direta obtida por Pedro Ludovico no pleito suplementar de outubro de 1930, organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 19

No contexto da transição energética global e da geopolítica dos recursos naturais, o estado de Goiás aprovou a Lei Estadual nº 23.597/2025, que criou a Autoridade Estadual de Minerais Críticos (Amic-GO) e instituiu as Zonas Especiais de Minerais Críticos (Zemc). O principal objetivo estratégico dessa legislação é superar o papel do Estado como mero exportador de *commodities* brutas e internalizar etapas de maior valor agregado na cadeia de suprimentos de Elementos de Terras Raras (ETR). Considerando as especificidades tecnológicas e econômicas da cadeia mineral dos ETR, qual medida é indispensável para que o Estado alcance o objetivo de adensamento produtivo e agregação de valor local?

(A) Aumentar a concessão de títulos de autorização de pesquisa mineral para multiplicar o volume total de concentrado e carbonato bruto exportado.

(B) Desenvolver infraestrutura e transferência tecnológica local para a etapa de separação e refino dos elementos químicos constituintes do concentrado mineral.

(C) Restringir o licenciamento ambiental e proibir a participação de capital e cooperação técnica estrangeira no processamento dos minérios.

(D) Subsidiar a extração de argilas iônicas para priorizar o fornecimento exclusivo do minério *in natura* às indústrias automobilísticas internacionais.

QUESTÃO 20

No contexto da história da formação territorial e administrativa do estado de Goiás durante o século XX, a emancipação política de diversos municípios esteve atrelada ao fluxo de migrantes e à doação de terras por pioneiros para a criação de povoados e distritos. Um exemplo emblemático desse processo ocorreu na região norte de Goiás, onde a doação coletiva de terras por pioneiros culminou no povoamento originário do município de Mutunópolis (antigo povoado de Mutum), inicialmente subordinado ao município de Porangatu. Tendo como referência o processo de formação administrativa dos municípios goianos no século XX, qual foi o marco legislativo estadual que concedeu autonomia política e elevou Mutunópolis à categoria de município desmembrado de Porangatu?

(A) A Lei Estadual nº 704, de 14 de novembro de 1952.

(B) A homologação da autonomia municipal por meio da promulgação da Constituição Estadual de 1967.

(C) A criação do Distrito do povoado pela Divisão Territorial de 1º de julho de 1955.

(D) A Lei Estadual nº 2.105, de 14 de novembro de 1958.

RASCUNHO

RASCUNHO

ASSESSOR JURÍDICO
Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Segundo a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é requisito do pedido de acesso à informação a

(A) indicação dos motivos determinantes da solicitação de informações.

(B) especificação da informação de interesse público requerida.

(C) comprovação de recolhimento da taxa de pesquisa ou a prova da hipossuficiência.

(D) realização de peticionamento presencialmente na repartição do órgão acionado.

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a pessoa jurídica será responsabilizada, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados contra a Administração Pública nacional

(A) quando demonstrada a culpa de seus dirigentes ou administradores pelo ato ilícito.

(B) após reconhecida a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.

(C) quando praticado o ato lesivo previsto na Lei em seu interesse ou benefício.

(D) após finalizado o eventual processo de transformação societária em curso.

QUESTÃO 23

Considerando o disposto pela Constituição Federal (CF/1988) e a interpretação de seus dispositivos, a liberdade de associação será exercida

(A) com garantia da autonomia dos associados quanto à permanência do vínculo.

(B) em consonância com a autorização do Estado para a sua constituição.

(C) em sua plenitude para fins lícitos, possuindo caráter civil ou paramilitar.

(D) com respeito à interferência do Estado quanto ao seu funcionamento.

QUESTÃO 24

Leia o caso a seguir.

> Uma trabalhadora terceirizada da área de limpeza foi vítima de insultos racistas por parte de um servidor público efetivo enquanto prestava serviços na repartição do órgão público a que este servidor é vinculado. Após o fato, a trabalhadora passou a ter crises de ansiedade e de choro e, com acompanhamento médico, iniciou um tratamento medicamentoso e psicológico.

A responsabilidade civil do Estado no caso narrado será

(A) objetiva, verificada a ação do servidor público que causou o dano à trabalhadora.

(B) subjetiva, demonstrada a culpa *in vigilando* do Estado em relação ao servidor público.

(C) objetiva, condicionada ao exercício do direito de regresso contra o servidor público.

(D) subjetiva, caracterizado o intuito ofensivo das palavras dirigidas à trabalhadora.

QUESTÃO 25

Considerando o disposto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), a tutela de evidência será

(A) concedida em caráter antecedente ou incidental.

(B) apreciada mediante pagamento de custas processuais próprias.

(C) analisada após manifestação obrigatória da parte contraposta.

(D) requerida ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

QUESTÃO 26

Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), a eficácia da decisão recorrida

(A) poderá ser suspensa, a requerimento do recorrente, no recurso de apelação, se houver condenação ao pagamento de alimentos, dispensados o risco de dano grave ou de difícil reparação ou a probabilidade de provimento do recurso.

(B) será suspensa, obrigatoriamente, no recurso de apelação, se houver confirmação, concessão ou revogação da tutela provisória, dispensado o requerimento da parte recorrente.

(C) poderá ser suspensa, a requerimento do recorrente, no recurso especial, se houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e for demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

(D) será suspensa, obrigatoriamente, no recurso especial, se pendente apreciação de agravo em recurso especial, dispensado o requerimento da parte recorrente.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

> Num município no Estado de Goiás, foi verificada a recorrência de episódios de queimadas que geraram danos à vegetação de uma área de preservação ambiental localizada numa propriedade privada, sem acesso ao público, registrada sob a titularidade de um fazendeiro que atua no ramo de criação de gado.

Considerando o teor da Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) e sua interpretação, terá legitimidade para propor a ação civil pública

(A) associação que tenha por finalidade institucional a proteção do meio ambiente e que tenha sido constituída há pelo menos seis meses.

(B) sociedade de economia mista, independente de sua finalidade institucional.

(C) associação que tenha por finalidade institucional a proteção dos direitos do consumidor e que tenha sido constituída há pelo menos seis meses.

(D) Ministério Público do Estado de Goiás, na defesa de interesses difusos e coletivos.

QUESTÃO 28

Nos termos do artigo 9º do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), "não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida". Entretanto, o Código de Processo Civil excepciona a regra do contraditório prévio no caso de

(A) tutela provisória de evidência diante de manifesto intuito protelatório do réu.

(B) tutela provisória de urgência, seja ela de natureza cautelar ou antecipada.

(C) tutela provisória de evidência diante de abuso do direito de defesa.

(D) tutela em ação monitória se ausente evidência do direito do autor.

QUESTÃO 29

Segundo a Constituição Federal de 1988, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada são objeto da lei que institui

(A) plano plurianual.

(B) diretrizes orçamentárias.

(C) orçamento anual.

(D) normas gerais do orçamento financeiro.

QUESTÃO 30

Pratica o crime contra a administração pública previsto no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) como excesso de exação o funcionário público que

(A) deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

(B) facilita, com infração de dever funcional, a prática de descaminho.

(C) solicita para si, em razão da função pública, vantagem indevida.

(D) exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido.

QUESTÃO 31

O Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), disciplinado pela Lei nº 8.906/1994, estabelece como direito do advogado

(A) a proibição de recolhimento à prisão, antes de sentença transitada em julgado, salvo quando detido em flagrante delito por crime inafiançável.

(B) a inviolabilidade de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.

(C) o exame de autos de processos em andamento sem procuração constituída, ainda que tramitem em segredo de justiça.

(D) o desagravo público, quando ofendido no contexto de sua vida privada ou no exercício da profissão da advocacia.

QUESTÃO 32

Configura crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967,

(A) apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.

(B) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.

(C) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, a proposta orçamentária.

(D) proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

QUESTÃO 33

Leia o caso a seguir.

O administrador de um órgão público exonerou uma servidora ocupante de cargo em comissão e motivou o ato administrativo pela insuficiência de desempenho. A servidora exonerada ingressou com ação judicial para ser reintegrada ao cargo, alegando que sempre desempenhou adequadamente todas as atribuições do cargo.

Considerando a aplicação da teoria dos motivos determinantes e a natureza do ato de exoneração de cargo em comissão, verifica-se que, na situação narrada, o ato administrativo

(A) por ser discricionário, não vincula a Administração Pública aos motivos determinantes, ainda que estes tenham sido expressamente indicados como fundamento do ato administrativo.

(B) por ser vinculado, não vincula a Administração Pública aos motivos determinantes, ainda que estes tenham sido expressamente indicados como fundamento do ato administrativo.

(C) embora seja discricionário, vincula a Administração Pública aos motivos expressamente indicados como fundamento do ato, cuja existência e veracidade podem ser submetidas a controle.

(D) embora seja vinculado, vincula a Administração Pública aos motivos expressamente indicados como fundamento do ato, cuja existência e veracidade podem ser submetidas a controle.

QUESTÃO 34

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o leilão, modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, adotará como critério de julgamento da proposta

(A) maior retorno econômico.

(B) menor preço.

(C) técnica e preço.

(D) maior lance.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

Um Promotor de Justiça procedeu à persecução penal sem justa causa fundamentada ou contra pessoa que sabia ser inocente, praticando figura tipificada na Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

Na situação concreta, a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade)

(A) tem sua aplicabilidade afastada, por ausência de sujeito ativo no suposto crime de abuso de autoridade.

(B) se aplica ao Promotor de Justiça, que poderá perder o cargo público como efeito da decisão condenatória, desde que observados os requisitos legais.

(C) tem sua aplicabilidade afastada, por ausência de cabimento de persecução penal contra Promotor de Justiça.

(D) se aplica ao Promotor de Justiça, que automaticamente perderá o cargo público como efeito da decisão condenatória.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO instaurou comissão especial para apurar eventual utilização indevida de bens públicos. Constatou-se que determinado agente público utilizou veículos e maquinários da edilidade em obras particulares, contudo, sem ter agido com a intenção deliberada de causar lesão ao erário, tendo alegado desconhecimento normativo. A Procuradoria do Município foi provocada a se manifestar sobre o cabimento da Ação por Improbidade Administrativa.

Considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, a utilização de veículos e maquinários da edilidade em obras particulares caracteriza-se com ato

(A) tipificado como improbidade administrativa sob a modalidade culposa, permanecendo inalterado o dispositivo que admite a aplicação da pena de perda da função pública se demonstrada imprudência grave.

(B) ímprobo, que atenta contra os princípios ou causa lesão ao erário e exige obrigatoriamente a comprovação de dolo específico, não mais se admitindo a figura culposa.

(C) tipificado como improbidade administrativa, cuja ação possui natureza civil-administrativa, cabendo o seu ajuizamento concorrente à Procuradoria do Município e ao Ministério Público do Estado de Goiás.

(D) ímprobo, cujo sancionamento prescinde da demonstração de dolo quando houver perda patrimonial efetiva, hipótese em que a responsabilidade do agente passa a ser objetiva.

QUESTÃO 37

Leia o caso a seguir.

No curso do processo legislativo municipal, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal analisa projeto de lei apresentado por vereador que cria atribuições e obrigações diretas a órgãos do Poder Executivo local, além de gerar aumento de despesa pública. Inconformado com o parecer contrário da CCJ baseado em inconstitucionalidade formal orgânica por vício de iniciativa, o autor do projeto defende que a matéria pode ser sanada por sanção posterior do Prefeito.

Diante do modelo constitucional de processo legislativo e do controle de constitucionalidade aplicáveis ao caso descrito, verifica-se que

(A) o vício formal de iniciativa pode ser convalidado caso o Prefeito Municipal sancione expressamente o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

(B) o parecer conclusivo contrário da CCJ consubstancia controle de constitucionalidade repressivo de natureza política praticado no âmbito parlamentar.

(C) a sanção do Chefe do Executivo não convalida o vício formal de iniciativa, remanescendo a inconstitucionalidade formal orgânica do texto legal.

(D) a usurpação de iniciativa reservada do Chefe do Executivo afeta apenas a eficácia temporal da norma, cuja nulidade exige decisão definitiva do Tribunal de Contas.

QUESTÃO 38

Sobre a contratação direta para a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica sob a égide da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública

(A) deve exigir a notória especialização do contratado e a inviabilidade de competição para a inexigibilidade de licitação, sendo vedada essa hipótese para serviços de publicidade.

(B) pode presumir a notória especialização com a simples apresentação de diploma de pós-graduação *stricto sensu*, sendo dispensável a comprovação formal de desempenhos anteriores.

(C) pode realizar a contratação por dispensa em razão do valor quando que o limite legal não for ultrapassado, sem a necessidade de aferir requisitos de notória especialização.

(D) deve considerar o rol previsto nessa lei como estritamente taxativo para os casos de inexigibilidade, diferentemente do rol das hipóteses de dispensa, que possui caráter exemplificativo.

QUESTÃO 39

Leia o caso a seguir.

A Câmara Municipal de Mutunópolis apurou que a sua despesa total com pessoal atingiu 5,8% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Município ao final de determinado quadrimestre. Diante desse cenário, o Presidente do Poder Legislativo solicitou parecer jurídico quanto às limitações e vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

Considerando os limites constitucionais e legais para a despesa com pessoal no Poder Legislativo municipal, no parecer elaborado pela assessoria deve constatar que

(A) o limite máximo da despesa total com pessoal do Poder Legislativo Municipal é de 6% da RCL, estando a Câmara no limite prudencial de 5,7%, o que já veda a concessão de vantagem ou aumento remuneratório.

(B) a ultrapassagem do limite prudencial autoriza a imediata exoneração de servidores estáveis para a adequação das contas públicos, o que pode incluir a redução de cargos comissionados.

(C) o limite de 6% da RCL é compartilhado entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal na proporção de 50% para cada órgão, sem incluir os gastos com inativos e pensionistas.

(D) a despesa com pessoal do Poder Legislativo inclui os gastos com inativos e pensionistas custeados por fundo previdenciário próprio sem exigência de teto legal específico.

QUESTÃO 40

Nos termos do Código de Processo Civil (CPC/2015), em sede de cumprimento de sentença para cobrança de quantia certa contra Fazenda Pública decorrente de condenação judicial transita em julgado, a Fazenda Pública Municipal será

(A) intimada para impugnar a execução no prazo de 30 dias, podendo alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

(B) intimada para impugnar o cumprimento de sentença, cuja impugnação ostenta efeito suspensivo automático integral em relação ao valor incontroverso da dívida.

(C) citada para pagamento no prazo de 3 dias sob pena de penhora on-line de ativos financeiros, posto que inexiste privilégio processual para o poder público

(D) citada para expedição de Precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV) ainda que não se tenha resolvida a impugnação ao cumprimento de sentença.

QUESTÃO 41

O descumprimento reiterado de julgados do Tribunal de Justiça por Chefe do Poder Executivo Municipal e a recusa intencional em prestar informações solicitadas no prazo legal pela Mesa Diretora da Câmara Municipal ensejam, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967, a caracterização de

(A) crimes funcionais comuns cuja apreciação compete exclusivamente ao Tribunal de Justiça, cabendo ao Poder Legislativo Municipal a aplicação suplementar de pena de suspensão dos direitos políticos.

(B) crimes de responsabilidade próprios sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, sendo imprescindível a prévia autorização da Câmara Municipal para o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça.

(C) infrações político-administrativas que sujeitam o Prefeito à cassação do mandato pelo Poder Legislativo local, bastando a aprovação do relatório final pelo quórum de maioria absoluta do plenário.

(D) infrações político-administrativas de competência julgadora da Câmara Municipal, sujeitando o agente público à sanção de cassação do mandato pelo voto qualificado de dois terços dos seus membros.

QUESTÃO 42

Qual exigência e limite a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB — Decreto-Lei nº 4.657/1942, com redação dada pela Lei nº 13.655/2018) impõe à Administração Pública na edição de decisões administrativas que decretem a invalidação de atos, contratos ou orientações gerais?

(A) A alteração posterior de interpretação sobre normas de gestão pública autoriza a anulação retroativa de atos anteriores, dispensando a consideração sobre regimes de transição ou direitos consolidados.

(B) A responsabilização pessoal do agente público pela prolação de decisões ou pareceres jurídicos e técnicos decorre de qualquer grau de negligência, imprudência simples ou erro formal escusável.

(C) A invalidação de atos administrativos com base na mudança de orientação geral deve indicar expressamente suas consequências jurídicas e administrativas, podendo a decisão estabelecer regime de transição.

(D) A aplicação de sanções e a invalidação de atos pela autoridade administrativa prescindem da avaliação das circunstâncias práticas que houverem imposto, condicionado ou limitado a ação do gestor.

QUESTÃO 43

Em qual hipótese e sob qual limite o Supremo Tribunal Federal admite a realização do controle judicial preventivo incidental sobre a tramitação de propostas legislativas no âmbito do Poder Legislativo?

(A) O controle preventivo autoriza a impetração de mandado de segurança por qualquer cidadão ou partido político com representação parlamentar contra projeto de lei eivado de inconstitucionalidade.

(B) O controle preventivo veda a intervenção do Poder Judiciário na fase de formação das leis em qualquer situação, em atenção ao princípio constitucional da separação dos poderes.

(C) O controle preventivo admite a continuidade do mandado de segurança impetrado por parlamentar mesmo após o término de seu mandato, aproveitando-se a ação ao suplente que assumir o cargo.

(D) O controle preventivo exige impetração exclusiva por parlamentar da Casa onde tramita a proposta e fica prejudicado pela superveniência da sanção governamental ao projeto de lei aprovado.

QUESTÃO 44

A Câmara Municipal de Mutunópolis aprovou Lei Municipal publicada em 15 de dezembro de 2025 que majorou a alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e criou uma nova Taxa de Iluminação Pública. A lei previu sua entrada em vigor imediata na data de sua publicação. À luz dos princípios constitucionais tributários e das normas do Código Tributário Nacional, verifica-se que

(A) a majoração da alíquota do IPTU pode ser cobrada imediatamente a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, sujeitando-se apenas ao princípio da anterioridade anual.

(B) o IPTU majorado em 15 de dezembro de 2025 somente poderá ser exigido após o decurso do prazo de 90 dias da publicação da lei (anterioridade nonagesimal), cumulado com a observância do primeiro dia do exercício financeiro seguinte.

(C) a Municipalidade possui competência constitucional para instituir Taxa de Iluminação Pública visando ao custeio do serviço de iluminação de logradouros públicos.

(D) o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica às hipóteses de fixação da base de cálculo do IPTU, mas incide rigorosamente sobre a majoração de suas alíquotas.

QUESTÃO 45

Em relação ao regime jurídico da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985) e do Mandado de Segurança Coletivo (Lei nº 12.016/2009), qual regra disciplina a atuação judicial das associações na tutela de direitos coletivos?

(A) A proposição de ação civil pública por associação prescinde da comprovação prévia de sua constituição formal há pelo menos um ano.

(B) A utilização da ação civil pública é cabível para a defesa de direitos individuais homogêneos quando presente o interesse social relevante.

(C) A concessão de medida liminar em ação civil pública é vedada sempre que o pedido importar na suspensão de concurso público municipal.

(D) A impetração de mandado de segurança coletivo por associação exige a apresentação de autorização individual ou expressa de seus membros em assembleia.

QUESTÃO 46

Em relação ao regime da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas (Lei nº 12.846/2013) e ao direito de acesso à informação pública (Lei nº 12.527/2011), como a legislação disciplinou a aplicação de suas sanções e garantias?

(A) A responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos à Administração Pública possui natureza subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa de seus administradores.

(B) A instauração e o julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) competem à autoridade máxima do órgão lesado, cabendo a delegação dessa atribuição normativa.

(C) A celebração de acordo de leniência pela pessoa jurídica infrora resulta na isenção do dever de ressarcimento integral dos danos materiais causados ao patrimônio público.

(D) A divulgação dos dados atinentes à remuneração de ocupantes de cargos e funções públicas configura hipótese de sigilo ultrassecreto em razão da proteção constitucional à intimidade.

QUESTÃO 47

A respeito da técnica legislativa, da redação normativa e do processo legislativo municipal, o Assessor Jurídico da Câmara Municipal deve orientar que a

(A) aprovação de proposta de emenda à Lei Orgânica exige votação em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e quórum de dois terços dos membros do Poder Legislativo.

(B) alteração do texto da Lei Orgânica do Município pode ser promovida mediante projeto de lei ordinária aprovado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores presentes.

(C) aprovação de matérias sujeitas à reserva de lei complementar municipal depende unicamente do voto favorável da maioria simples dos parlamentares em sessão pública.

(D) apreciação do veto oposto pelo Prefeito Municipal a projeto de lei aprovado ocorre em sessão secreta, sendo exigido o quórum de dois terços para a sua rejeição.

QUESTÃO 48

Considerando a repartição constitucional de competências de controle externo e a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, a apreciação e o julgamento das contas dos gestores públicos municipais subordinam-se à regra de que o(a)

(A) decisão do Tribunal de Contas que rejeita as contas do Prefeito prevalece de forma definitiva caso a Câmara Municipal não obtenha a maioria absoluta de seus membros para reformá-la.

(B) julgamento definitivo das contas do Prefeito Municipal, abrangendo as contas de governo e as de gestão como ordenador de despesas, compete exclusivamente à Câmara Municipal.

(C) competência para o julgamento final das contas de gestão do Chefe do Executivo atrai a jurisdição vinculante do Tribunal de Contas sempre que houver ordenador de despesas extraordinárias.

(D) apreciação das contas do Presidente da Câmara Municipal prescinde do parecer do Tribunal de Contas e insere-se no âmbito da competência estritamente interna do Poder Legislativo.

QUESTÃO 49

Em relação à responsabilidade do Poder Público quanto aos débitos trabalhistas e previdenciários devidos por empresa prestadora de serviços terceirizados, a Administração Pública

(A) responde de forma estritamente objetiva e automática pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados alocados pela empresa contratada.

(B) assume a responsabilidade solidária pela liquidação das verbas rescisórias e previdenciárias não pagas na vigência do contrato administrativo.

(C) responde de forma subsidiária pelos débitos trabalhistas apenas quando demonstrada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.

(D) fica isenta de qualquer tipo de responsabilização subsidiária quanto aos encargos sociais e trabalhistas dos trabalhadores terceirizados.

QUESTÃO 50

Quanto às normas constitucionais e regimentais relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo municipal, a convocação extraordinária da Câmara Municipal, o subsídio dos parlamentares e a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) submetem-se à regra de que a

(A) deliberação dos membros da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura dispensa autorização prévia na Lei Orgânica e exige votação aberta em sessão pública.

(B) fixação dos subsídios dos vereadores para a legislatura subsequente independe do respeito a limites percentuais em relação ao subsídio dos deputados estaduais.

(C) convocação de sessão extraordinária durante o recesso legislativo pode ser feita pelo Prefeito Municipal ou pela maioria dos membros da Casa em situação de urgência.

(D) decretação de quebra de sigilo bancário e a determinação de prisão cautelar de investigados constituem poderes instrutórios próprios das CPIs municipais.

RASCUNHO